



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

**QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**AGRAVO NA APELAÇÃO/REEXAME NECESSÁRIO Nº 0007837-07.2013.8.17.0001 (0327479-5)**

**AGRAVANTE:** ESTADO DE PERNAMBUCO

**AGRAVADO:** CARLOS ANTÔNIO PAIVA FERREIRA E OUTROS

**RELATOR:** Des. ANDRÉ OLIVEIRA DA SILVA GUIMARÃES

**EMENTA:** APELAÇÃO. PROCESSO CIVIL E ADMINISTRATIVO. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO. REJEITADA. MÉRITO. CONCESSÃO DA GRATIFICAÇÃO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO POSSIBILIDADE. INCORPORAÇÃO. CARÁTER GERAL. DEVIDA AOS MILITARES DA ATIVA, APOSENTADOS E PENSIONISTAS. OFENSA A CLÁUSULA DE RESEVA DE PLENÁRIO. INOCORRÊNCIA. ENTENDIMENTO PACÍFICO DESTES TJPE. RECURSO IMPROVIDO À UNANIMIDADE.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo nº 0327479-5, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da 4ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, por unanimidade, em **negar provimento ao recurso**, mantendo-se inalterada a decisão agravada, nos termos do voto do Desembargador Relator, que fica fazendo parte integrante deste julgado.

Recife, 23 de maio de 2014.

  
Des. André Oliveira da Silva Guimarães  
Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

**QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**AGRAVO NA APELAÇÃO/REEXAME NECESSÁRIO Nº 0007837-07.2013.8.17.0001 (0327479-5)**

**AGRAVANTE:** ESTADO DE PERNAMBUCO

**AGRAVADO:** CARLOS ANTÔNIO PAIVA FERREIRA E OUTROS

**RELATOR:** Des. ANDRÉ OLIVEIRA DA SILVA GUIMARÃES

**RELATÓRIO**

O presente remédio impugnativo tem por finalidade rever a decisão terminativa, proferida por esta relatoria, que, mantendo a sentença de 1º grau, determinou que a FUNAPE pagasse as diferenças acumuladas com os acréscimos legais, bem como aglutinasse, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, aos proventos dos demandantes a parcela correspondente a Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, sob pena de multa diária no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais).

Irresignado, o Estado de Pernambuco interpôs o presente recurso de agravo, com o fim de ver o seu pleito apreciado por este Órgão Colegiado, alegando, preliminarmente, sua ilegitimidade passiva para figurar no feito, sob o fundamento de que a FUNAPE, como representante legal do Fundo Financeiro de Aposentadoria e Pensões dos Servidores Públicos do Estado de Pernambuco – FUNAFIN, já absorveu, com exclusividade, o pagamento dos proventos dos servidores estaduais.

No mérito alegou a ausência de direito dos demandantes à incorporação da Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, uma vez que referida gratificação somente é creditada a policiais militares ativos, em virtude de condições especiais de trabalho e que por definição legal não possui caráter geral e sim natureza *propter laborem*.

Alegou ainda que se o Tribunal de Justiça desconsiderou o art. 2º e 14 da Lei Complementar 59/04 e concedeu a referida Gratificação, findou por julgar inconstitucional o artigo acima



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães**

---

mencionado, sem observar a cláusula de reserva de plenário, estabelecida no art. 97 da CF/88 (fls. 218/230).

É o relatório.

Recife, 23 de maio de 2014.

  
**Des. André Oliveira da Silva Guimarães**  
Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

**QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**AGRAVO NA APELAÇÃO/REEXAME NECESSÁRIO Nº 0007837-07.2013.8.17.0001 (0327479-5)**

**AGRAVANTE: ESTADO DE PERNAMBUCO**

**AGRAVADO: CARLOS ANTÔNIO PAIVA FERREIRA E OUTROS**

**RELATOR: Des. ANDRÉ OLIVEIRA DA SILVA GUIMARÃES**

**VOTO: Preliminar de Ilegitimidade passiva do Estado de Pernambuco**

Alega o Estado de Pernambuco, preliminarmente, a sua ilegitimidade para figurar no polo passivo da demanda, sob o argumento de que a FUNAPE, como representante legal do Fundo Financeiro de Aposentadoria e Pensões dos Servidores Públicos do Estado de Pernambuco - FUNAFIN, já absorveu, com exclusividade, o pagamento dos proventos dos servidores estaduais.

Os fundamentos do *decisum* atacado, que me levaram a rejeitar a preliminar suscitada pelo Estado de Pernambuco, foram expostos da seguinte forma:

"O Estado de Pernambuco arguiu preliminar de ilegitimidade passiva *ad causam*, sob o fundamento de que não é responsável por pagamentos de pensões previdenciárias em âmbito estadual, imputando referida obrigação a Fundação de aposentadorias e pensões dos servidores do estado de Pernambuco - FUNAPE.

Em que pese às alegações do apelante, a Lei Complementar Estadual 28/2000 prevê em seu art. 94, caput, a responsabilidade solidária do Estado de Pernambuco e da FUNAPE pelo pagamento de benefícios previdenciários.

"Art. 94 - O Estado é solidariamente responsável, para com a FUNAPE e para com os Fundos criados por esta Lei Complementar, conforme o caso, pelo pagamento dos benefícios previdenciários, a que fizerem jus os segurados, na forma prevista nesta Lei Complementar".



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

A questão encontra-se pacificada neste Tribunal de Justiça, consoante jurisprudência a seguir colacionada.

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM DO ESTADO DE PERNAMBUCO, ALEGADA PELA PARTE AGRAVADA, REJEITADA DE FORMA UNÍSSONA. NO MÉRITO. EXISTÊNCIA DE DIREITO DE PERCEPÇÃO À GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO. CARÁTER GERAL. AGRAVO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. A controvérsia dos autos diz respeito à percepção, pela parte agravante, da Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, instituída pela Lei Estadual nº 59/04, requerendo a recorrente tão somente a reposição dos valores que estariam sendo pagos a menor em seus proventos, correspondentes à mencionada verba de gratificação, não estando o pedido formulado pela mesma parte agravante em desacordo com as regras estabelecidas na Lei nº 9.494/97. 2. A preliminar de ilegitimidade passiva ad causam argüida pela parte agravada, o Estado de Pernambuco, foi rechaçada tendo em vista o que preceitua o art. 94 da Lei Complr Estadual nº 28, de 14 de janeiro de 2000, que criou o Sistema de Previdência Social do Estado de Pernambuco, ao prescrever a responsabilidade solidária do Estado de Pernambuco para com a Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco - FUNAPE. Assim, perfeitamente cabível a inserção do Estado de Pernambuco no pólo passivo da presente controvérsia. 3. No Mérito, o entendimento deste Egrégio Tribunal de Justiça é pela extensão da gratificação de risco de policiamento ostensivo - conferida aos policiais militares da ativa pela LC 59/04 - aos da reserva, em virtude do seu caráter geral, conforme julgados de ambas as Câmaras Fazendárias. 4. De fato, a Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, criada pela Lei Estadual nº 59/04, é uma vantagem com caráter de generalidade, extensível a todos os policiais militares que desenvolvam as atividades previstas no art. 2º da referida lei, "e que, cumulativamente, estejam lotados nas Unidades Operacionais da Corporação (Batalhões e Companhias Independentes) e nos órgãos de Direção Executiva (Comandos de Policiamento), mediante ato de designação específico, cumprindo escala permanente de policiamento ostensivo". 5. Destarte, por seu caráter geral, impõe-se a extensão aos militares da reserva (inativos), da Gratificação de Risco Ostensivo conferida aos policiais militares da ativa pela LC 59/04, visto que as atividades previstas no art. 2º da lei em comento abrangem "as ações de segurança pública preventiva e repressiva, com vista à preservação da ordem pública interna, compreendendo o policiamento de radiopatrulha,



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

o policiamento de guarda dos estabelecimentos prisionais, das sedes dos Poderes Estaduais e dos estabelecimentos públicos, o policiamento de trânsito urbano e rodoviário, o policiamento de choque e demais modalidades previstas no artigo 24 da Lei 11.328/96", compreendendo, portanto, na prática, todos os tipos de atividade policial, isto a denotar o seu caráter de generalidade, ratifica-se. 6. Logo, assegurado fica o direito à percepção da supracitada gratificação, por parte da agravante, reformando, destarte, este Órgão Colegiado, a decisão agravada. 7. Agravo de Instrumento provido. Decisão unânime. (TJ-PE - AG: 603447620128170001 PE 0019004-58.2012.8.17.0000, Relator: Antenor Cardoso Soares Junior, Data de Julgamento: 06/12/2012, 3ª Câmara de Direito Público).

Assim, rejeito a preliminar de ilegitimidade passiva do Estado de Pernambuco."

Dessa forma, tendo em vista a responsabilidade solidária existente entre o Estado e a FUNAPE, como bem salientado no art. 94, da LC 28/2000, acima transcrito, rejeito a preliminar de ilegitimidade passiva do Estado de Pernambuco.

É como voto.

Recife, 23 de maio de 2014.

  
Des. André Oliveira da Silva Guimarães  
Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

**QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**AGRAVO NA APELAÇÃO/REEXAME NECESSÁRIO Nº 0007837-07.2013.8.17.0001 (0327479-5)**

**AGRAVANTE:** ESTADO DE PERNAMBUCO

**AGRAVADO:** CARLOS ANTÔNIO PAIVA FERREIRA E OUTROS

**RELATOR:** Des. ANDRÉ OLIVEIRA DA SILVA GUIMARÃES

**VOTO: MÉRITO**

No tocante ao mérito, transcrevo os fundamentos do *decisum* atacado:

"Sustenta o apelante que indevidamente a sentença antecipou os efeitos da tutela, sem observar o que estabelece o art. 2º-B da Lei 9494/97. Sustenta ainda que a decisão do magistrado de piso ostenta perigo de irreversibilidade para Fazenda Pública, bem como a ausência de direito a incorporação da gratificação de policiamento ostensivo, na medida em que é devida apenas a alguns policiais da ativa, não configurando hipótese de aumento geral.

Não assiste razão ao apelante, no tocante a impossibilidade de antecipação dos efeitos da tutela.

A decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 04/DF impediu a concessão de medida liminar contra a Fazenda Pública nos casos previstos no art. 1º da Lei nº 9.494/97.

No entanto, por meio da súmula nº 729, a própria Corte Suprema excepcionou a regra acima exposta, permitindo a concessão de liminar contra a fazenda pública nas causas de natureza previdenciária.

Súmula 729: "A decisão na ADC-4 não se aplica à antecipação de tutela em causa de Natureza previdenciária".

Nesse mesmo sentido é o entendimento o E. Superior Tribunal de Justiça.



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

"As limitações à concessão de antecipação dos efeitos da tutela, ou mesmo da execução de sentença antes do trânsito em julgado, contra o Poder Público, previstas na Lei nº 9.494, de 1997, não alcançam os pagamentos devidos aos servidores inativos e pensionistas, na linha da jurisprudência" (STJ - Corte Especial - AgRg na suspensão de Liminar e de Sentença nº 1.545-RN (2012/0056659-8)- Relator Ministro Presidente do STJ - julgado em 02/05/2012).

Também no mesmo sentido é o entendimento deste Tribunal de Justiça.

**"AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. INTEGRALIDADE DE PENSÃO POR MORTE. GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO. RECURSO IMPROVIDO. 1. De proêmio, registrou-se que não há óbice à antecipação de tutela meritória contra a Fazenda Pública em matéria previdenciária, nos termos da Súmula 729 do STF". (...)** (grifo nosso)(TJPE - 8ª Câmara Cível - Agravo de Instrumento nº 16034-19.2011.8.17.0001 - Relator Des. Francisco José dos Anjos Bandeira de Mello - Julgado em 26/01/2012 - Publicação 32).

Tratando-se o presente caso de ação de natureza previdenciária, não há óbice a concessão da antecipação dos efeitos da tutela pretendida pelos apelados.

Não se sustenta também o argumento de que a gratificação de risco policiamento ostensivo perseguida pelos apelados se trata de verba de natureza condicional, variável, precária e provisória, concedida tão somente aos militares que estão no efetivo exercício de atividades especiais e de risco, ostentando, portanto, natureza **propter laborem**, não havendo incorporação de seus valores nos casos de aposentadoria ou pensão, citando como fundamento a Lei Complementar Estadual 59/04.

Já é entendimento pacificado nas Câmaras de Direito Público deste Tribunal de Justiça que a gratificação de risco de policiamento ostensivo é extensível a todos os policiais militares indistintamente, sendo eles da ativa ou inativos, inclusive os pensionistas, ostentando tal gratificação caráter de generalidade, a teor da interpretação dada a LC 59/04. Vejamos.



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

1ª Câmara de Direito Público:

RECURSO DE AGRAVO. DIREITO ADMINISTRATIVO. POLICIAL MILITAR. GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO. CARÁTER GERAL. EXTENSÃO AOS PENSIONISTAS. ADMISSIBILIDADE. RECURSO DE AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. DECISÃO UNÂNIME. 1. Este e. Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco tem posicionamento pacificado no sentido de que as vantagens de natureza genérica percebidas pelos funcionários da ativa devem ser extensíveis aos inativos e pensionistas, na esteira do posicionamento da Corte Suprema de Justiça. Depreende-se, pois, que, aos pensionistas de militares falecidos, é devida a Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, já que, segundo posicionamento uníssono, possui ela caráter de generalidade, a consubstanciar tal extensão. 2. Recurso a que se nega provimento. Decisão unânime. (TJ-PE - AGV: 2890686 PE 0024902-52.2012.8.17.0000, Relator: Erik de Sousa Dantas Simões, Data de Julgamento: 08/01/2013, 1ª Câmara de Direito Público.

2ª Câmara de Direito Público:

ADMINISTRATIVO E PREVIDENCIÁRIO. GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO. CARÁTER GERAL. EXTENSÍVEL AOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS. ENTENDIMENTO PACÍFICO. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1 - A Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, criada pela Lei Complementar Estadual nº 59/2004, por se tratar de gratificação de caráter geral, há de ser paga também aos pensionistas e inativos. No sentido posto, a jurisprudência desta Corte de Justiça e do Superior Tribunal de Justiça. 2 - Recurso de Agravo Improvido. 3 - Decisão unânime. (TJ-PE - AGV: 207964720128170000 PE 0023374-80.2012.8.17.0000, Relator: José Ivo de Paula Guimarães, Data de Julgamento: 13/12/2012, 2ª Câmara de Direito Público.

3ª Câmara de Direito Público:

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. INCORPORAÇÃO DA GRATIFICAÇÃO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO AOS PROVENTOS DOS INATIVOS E PENSIONISTAS. GRATIFICAÇÃO DE CARÁTER GERAL. ART. 40, § 7º E 8º, DA CF/88.



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

**AUTOAPLICABILIDADE. AUSÊNCIA DE AFRONTA À CLAUSULA DE RESERVA DE PLENÁRIO. APELAÇÃO A QUE SE DÁ PROVIMENTO.** 1. O cerne da lide versa sobre integralização de proventos de inatividade, mais precisamente no que concerne à gratificação de risco de policiamento ostensivo. A questão é de fácil deslinde, porquanto restrita à polêmica acerca da natureza da gratificação perseguida, se propter laborem ou não. Cumpre notar que já é entendimento uníssono dos tribunais que, quando a gratificação for genérica, será extensível aos inativos e a contrário sensu, em se tratando de gratificação propter laborem, apenas terão direito ao benefício aqueles que exerceram a referida atividade. 2. In casu, a pretensão dos ora apelantes é de que haja a equiparação entre os seus proventos de inatividade e os vencimentos dos policiais militares da ativa, com fundamento no art. 40, parágrafo 7º e 8º da Constituição Federal. 3. Segundo a jurisprudência consolidada deste Egrégio TJPE, não obstante a vedação expressa no art. 14 da Lei Complementar 59/04, quanto à incorporação de tal gratificação aos proventos ou pensões dos referidos militares, ela, indubitavelmente, detém verdadeiro caráter geral, haja vista consubstanciar, na prática, e de acordo com a interpretação do seu conteúdo na norma de regência, uma vantagem inerente a todo o efetivo da PMPE em decorrência do exercício de atividade fim da Corporação. 4. De fato, a gratificação em apreço é paga em decorrência do exercício de atribuições próprias do cargo, mediante prestação de serviço em condições normais, não estando sob a dependência de aspectos individuais ou circunstâncias peculiares às atribuições funcionais dos servidores que a percebem na ativa, o que deflui da literalidade dos artigos da própria LC nº 59/04 que explicitam a estrutura da Polícia Militar do Estado de Pernambuco. 5. E não há que se falar em afronta à cláusula de reserva de plenário, porquanto a garantia da gratificação em apreço decorre por si só do reconhecimento do seu caráter geral, em virtude da auto-aplicabilidade da regra constitucional, independentemente de qualquer discussão a respeito da constitucionalidade da lei que rege a matéria. 6. A conclusão no sentido de que as atividades de "Policiamento Ostensivo" são de caráter geral para os que integram a Polícia Militar do Estado de Pernambuco igualmente se extrai da literalidade dos artigos 4º, 5º e 6º da LC nº 59/04, que conceituam, respectivamente, os grupos de "Apoio Operacional", relativo às ações de suporte aos serviços dos grupos de "Policiamento Ostensivo" (da Polícia Militar) e "Defesa Civil" (do Corpo de Bombeiros Militar); "Apoio Administrativo", vinculado à gestão administrativa da PM e CBPM e, por fim, "Apoio Assistencial e de Saúde", respeitante aos serviços médicos, odontológicos,



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

farmacêuticos, paramédicos, veterinários e os respectivos serviços auxiliares, estas sim qualificáveis como atividades-meio e pertinentes a grupos específicos. 7. No que concerne à suposta afronta à cláusula de reserva de plenário, é certo que, malgrado o Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recurso Extraordinário nº 678627, tenha anulado acórdão da 8ª Câmara Cível (atual 2ª Câmara de Direito Público) deste Tribunal, exarado nos autos da Apelação Civil nº 229.802-0, da Relatoria do Des. Francisco Bandeira de Mello, por entender que ele foi proferido em afronta à Súmula Vinculante nº 10 do STF, dando ensejo à arguição de inconstitucionalidade nº perante a Corte Especial deste TJPE, mantenho firme meu entendimento no sentido de rechaçar a alegação de quebra da citada cláusula, porquanto a garantia da gratificação em apreço decorre por si só do reconhecimento do seu caráter geral, em virtude da auto-aplicabilidade da regra constitucional, independentemente de qualquer discussão a respeito da constitucionalidade da lei que rege a matéria. 8. O próprio Supremo Tribunal Federal não é unânime em reconhecer a existência de afronta à cláusula de reserva de plenário, porquanto, ao julgar agravos regimentais em recursos extraordinários sobre a matéria em tela, firmou entendimento em sentido diametralmente oposto. (ARE 686995 AgR; ARE 676661 AgR) 9. Por UNANIMIDADE, deu-se provimento à Apelação, invertendo o ônus sucumbencial. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos do Recurso de Apelação nº 0298377-9, da Comarca de Recife, em que figuram, como Apelante, José Carlos Lira da Silva e OUTROS e, como Apelado, Estado de Pernambuco, Acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Terceira Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade, em DAR PROVIMENTO à Apelação Cível, tudo de conformidade com os votos em anexo, os quais, devidamente revistos e rubricados, passam a integrar este julgado. Recife, 01 de agosto de 2013. Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo Relator.

Nesse mesmo sentido é o entendimento do Supremo Tribunal Federal.

"A jurisprudência do STF é firme no sentido de que as vantagens de natureza genérica, concedidas ao pessoal da ativa, são extensíveis aos aposentados e pensionistas, em nome do princípio da isonomia, nos termos do § 8º do art. 40 (na redação anterior à EC 41/2003) da Magna Carta". (grifo nosso) (STF - Segunda Turma - AI 831281 PE - Relator Min. Ayres



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

Britto - Julgado em 22/03/2011 - Publicação 104, publicado em 01/06/2011).

Resta claro, portanto, o caráter de generalidade da gratificação de risco de policiamento ostensivo, sendo devida a todos os militares da ativa, bem como aos aposentados e pensionistas.

Sustenta também a agravante suposta violação à cláusula de reserva de plenário, na medida em que este Tribunal de Justiça ao afastar a incidência da norma em comento, na verdade estaria declarando a sua inconstitucionalidade, o que ocorreu sem observância da norma contida no art.97 da CF/88 e em desrespeito a Súmula Vinculante nº10.

Ao conferir sustentação a tal alegação, colaciona decisão exarada pelo Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recurso Extraordinário nº678627, anulando acórdão da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, da relatoria do Des. Francisco Bandeira de Mello, nos autos da Apelação nº 229.802-0, por entender que referido acórdão foi proferido em afronta ao art.97 da CF e a Súmula vinculante nº10.

Em que pese o entendimento esposado na referida decisão, o próprio STF, em outras decisões sobre a mesma matéria, firmou entendimento no sentido totalmente oposto, não reconhecendo ofensa a cláusula de reserva de plenário.

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO. EXTENSÃO AOS SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS. NATUREZA JURÍDICA. ANÁLISE DE LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL LOCAL. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 280 DO STF. AUMENTO DE REMUNERAÇÃO. LEI ESPECÍFICA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 282 E 356 DO STF. OFENSA À CLÁUSULA DE RESERVA DE PLENÁRIO. INOCORRÊNCIA. 1. A repercussão geral pressupõe recurso admissível sob o crivo dos demais requisitos constitucionais e processuais de admissibilidade (art. 323 do RISTF). Consectariamente, se o recurso é inadmissível por outro motivo, não há como se pretender seja reconhecida a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso (art. 102, III, § 3º, da Constituição Federal). 2. O prequestionamento da questão constitucional é requisito indispensável à admissão do**



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

recurso extraordinário, sendo certo que eventual omissão no acórdão recorrido reclama embargos de declaração. 3. As Súmulas 282 e 356 do STF dispõem respectivamente: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada" e "O ponto omissso da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito do prequestionamento". 4. Os benefícios ou vantagens de caráter geral, concedidos aos servidores da ativa, são extensíveis aos inativos e pensionistas, nos termos do artigo 40, § 8º, da CF (redação decorrente da EC n. 20/98).

5. A ofensa a direito local não viabiliza o apelo extremo (Súmula 280 do STF). 6. O princípio da reserva de plenário resta indene nas hipóteses em que não há declaração de inconstitucionalidade por órgão fracionário do Tribunal de origem, mas apenas a interpretação e a conclusão de que a lei invocada não é aplicável ao caso em apreço. Precedentes: ARE 676.661-AgR, Rel. Min. Cármen Lúcia, Primeira Turma, DJe de 15/05/2012; e RE 612.800-AgR, Rel. Min. Ayres Britto, Segunda Turma, DJe de 05/12/2011. (...)

Perfilho do mesmo entendimento esposado acima, no sentido de que não há o que se falar em violação à cláusula de reserva de plenário, posto que nas decisões proferidas por este Tribunal, houve apenas uma interpretação extensiva da lei invocada. Não há, portanto, ofensa a Súmula Vinculante, nem ao art. 97 da Constituição Federal, visto não se tratar de hipótese de declaração de inconstitucionalidade.

Do quanto deduzido, entendo que o juízo a quo agiu acertadamente ao determinar que a FUNAPE implante nos vencimentos dos apelados a Gratificação de Policiamento Ostensivo, bem como pague as diferenças acumuladas com os acréscimos legais, na medida em que já é entendimento pacificado neste Tribunal de Justiça, ao interpretar o conteúdo da LC 59/04, de que a gratificação de risco de policiamento ostensivo detém verdadeiro caráter geral, sendo extensível, portanto, a todos os militares, inclusive aos inativos e pensionistas, haja vista se tratar de atividade fim da corporação.

Quanto ao *periculum in mora*, tenho que está evidenciada sua caracterização em favor dos



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

apelados, na medida em que referida gratificação ostenta caráter alimentar, podendo trazer sérios danos ao sustento dos apelados e de suas respectivas famílias.

Vê-se, pois, que a decisão hostilizada está em harmonia com a jurisprudência deste Tribunal, do Egrégio Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, justificando-se, por isso, a sua manutenção.

Ante o exposto, com fundamento no art. 557, caput, do Código de Processo Civil, **NEGO SEGUIMENTO** ao presente recurso, para manter a decisão atacada."

Pelas razões expostas, tenho que os argumentos aqui expendidos são repetitivos e, nesse particular, o Colendo STJ tem decidido no sentido de que "a reiteração de alegações é conduta reprovável e demonstra o caráter exclusivamente protelatório do recurso" (STJ, 5ª turma, RMS 14.990, Rel. Min. Arnaldo Esteves, j. 10/05/2007).

Sendo assim, não merece acolhida o pedido contido no presente recurso.

Em face do exposto, voto pelo **não provimento** do recurso de agravo, mantendo *in totum* a decisão vergastada.

É como voto.

Recife, 23 de maio de 2014.

  
Des. André Oliveira da Silva Guimarães  
Relator